

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sexualidade nos tempos de repressão: prazer, corpo no discurso da imprensa de Brasil e Argentina

Maria Cristina de Oliveira Athayde*

Resumo: Objetivo nesta comunicação analisar de que maneira temas relacionados à sexualidade, prazer e corpo foram apropriados e discutidos pelos movimentos de mulheres e feministas em alguns periódicos no Brasil, Argentina e Chile, no período de 1974 a 1985. Pretendo neste estudo pensar a sexualidade e a percepção corporal, assim como as questões relacionadas ao prazer, pelo viés das relações de gênero.

Palavras-chave: Sexualidade, feminismo, ditadura.

Abstract: Objective in this communication is to analyze how subjects related to the sexuality, pleasure and body were appropriate and had been argued by the movements of women and feminists in some periodic ones in Brazil, Argentina and Chile, in the period of 1974 the 1985. I intend in this study to think the sexuality and the corporal perception, as well as the questions related to the pleasure, through of the sort relations.

Keywords: Sexuality, feminism, dictatorship.

No meu trabalho de conclusão de curso, estudei como Marta Suplicy problematizava em seus escritos questões como sexualidade, prazer e consciência corporal. No decorrer das primeiras leituras realizadas, muitas indagações surgiram. O que vem a ser sexualidade, corpo? A sexologia é uma ciência? Como a História e também as Ciências Sociais abordavam essas categorias? O meu leque de leituras foi obrigatoriamente sendo ampliado. Num primeiro momento, uma constatação: eu mesma não tinha a menor idéia do que era sexualidade e fui em busca de conceitos e de leituras que pudessem me esclarecer. Mas afinal, o que vem a ser sexualidade?

Anthony Giddens (1993: 35) nos dá uma primeira noção do que ela é, mas o autor já se utiliza de um conceito moderno no momento em que a sexualidade está desvinculada da

* Mestranda do Programa de Pós-graduação História da UFSC, bolsista CNPQ.

reprodução. Ressalto que essa desvinculação é uma característica mais acentuada da sociedade ocidental onde os métodos contraceptivos estão mais acessíveis a um número maior de mulheres e homens, assim como as novas tecnologias reprodutivas. “A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução, [...] liberta a sexualidade da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina”. Este excerto é exemplar para contemplar o recorte temporal abarcado pela presente pesquisa e as mudanças ocorridas naqueles efervescentes anos de 1960.

Podemos pensar a sexualidade como socialmente construída e entendida dentro de um contexto. Percebo sexualidade como um conjunto de emoções, sentimentos, fantasias, desejos que vivenciamos ao longo de nossa existência em busca do prazer. Mas e a historiografia, como tematiza a sexualidade, o corpo e o prazer? Ao ler o artigo de Marta Suplicy “O homossexualismo, da história para a luta política” deparei-me com a crítica da autora de que a sexualidade humana foi pouco estudada pelos historiadores “que sempre se preocuparam mais com os aspectos econômicos e políticos da sociedade” e que “a maioria do material histórico sobre sexualidade não é constituída de dados, mas de opiniões e mexericos de cronistas da antiguidade” (1984: 81-83).

Mas como apontam Richard Parker e Regina Maria Barbosa, a partir da metade da segunda década de 1970 há um *boom* de estudos sobre sexualidade nas Ciências Sociais, incluindo aí a História. Os autores destacam que várias seriam as razões para o aumento de estudos sobre sexualidade, contudo foi muito importante o surgimento dos estudos de gênero, assim como uma área de estudos gays e lésbicos (PARKER e BARBOSA, 1996).

E quando abordamos a temática corpo? O corpo feminino aparece como um lugar de significados e representações, como um corpo que pode ser confiscado, analisado, investigado; um alvo de normatizações e de políticas de reprodução.

O que se percebe num sucinto levantamento empírico é que os temas mais pesquisados pela historiografia em relação ao corpo estão relacionados às intervenções e representações que se faz dele. No livro O corpo feminino em debate as autoras nos mostram como a historiografia e as ciências humanas vêm tematizando o corpo em seus diversos recortes temáticos (MATOS e SOIHET, 2003).

Como integrante de um grupo de pesquisa¹ tive acesso aos periódicos feministas Mulherio e Nós Mulheres. Fichando e fazendo sumários desses periódicos percebi que a sexualidade, o prazer e o corpo eram abordados de maneiras diferentes da que eu via em

¹ Particpei como bolsista de PIBIC (2004-2005) do projeto Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985) coordenado pela profa. Joana Maria Pedro.

Marta Suplicy. Será que realmente existia uma forma de abordagem diferenciada entre as militantes feministas, dependendo do lugar de onde se falava? Partindo desta observação e desse primeiro contato com a fonte de pesquisa, encontrei naquele momento o objeto e a uma das fontes da pesquisa que estou desenvolvendo.

“Encontrei-me” com Rose Marie Muraro, e lendo seu livro Memórias de uma mulher impossível deparei-me com a seguinte afirmação: “(...) foi muito importante na década de 70 o aprendizado da sexualidade pelas mulheres de classes populares. Com esse e outros programas [refere-se ao programa TV Mulher da TV Globo], a cabeça do povo brasileiro mudou. Tornou-se diferente do resto da América Latina, que é muito atrasada em matéria de sexualidade até hoje.” (1999:181).

Esta afirmação me levou a indagar como a autora podia afirmar que somos mais avançados em relação a vivenciar, experimentar e debater a sexualidade. Instigada com essa dúvida, que pode ser confirmada ou não, comecei a pesquisar esses temas em periódicos que constam do acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Até este momento da pesquisa não obtive essa confirmação.

Durante a realização da pesquisa empírica constatei que no Brasil a imprensa feminista alternativa teve um número considerável de publicações², mas quase sempre restritas a círculos alternativos – entendo como alternativo o que naquele momento não estava inserido num espaço de visibilidade maior como bancas de revistas –, pois esses periódicos eram distribuídos em sindicatos, associações e clubes de mães e a maior parte de sua renda provinha das assinaturas que conseguiam angariar.

Em 1976, inicia-se a breve história, mas não menos importante, do jornal feminista Nós Mulheres, editado por militantes feministas participantes do grupo clandestino Debates. O periódico circulou de 1976 a 1978. Em suas 8 edições podemos encontrar assuntos relacionados tanto a temas ligados à luta geral, como às lutas específicas do movimento feminista. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, defendia em suas páginas um “programa de transformações que incluíam a liberalização do aborto e do divórcio.” (1996: 11).

Em 1981 vemos surgir Mulherio. Esses dois jornais, juntamente com Brasil Mulher,³ “marcam o nascimento e o desenvolvimento de um feminismo moderno no Brasil” (ARAÚJO, 2000: 160), influenciados sobretudo pelo movimento feminista francês, já que

² Elizabeth Machado relata a existência de 32 periódicos feministas de 1974 a 1985.

³ O periódico Brasil Mulher publicado em 1975 não será objeto desta pesquisa, pois entendo que ao escolher o Nós Mulheres e o Mulherio como um dos objetos de pesquisa estarei abrangendo uma parte significativa da imprensa feminista alternativa do período.

entre as editoras tínhamos militantes políticas que voltavam do exílio na França, e com menor influência do feminismo norte-americano.

A partir de 1974 vemos o surgimento da publicação *Isis*. Até o ano de 1984 foi editada concomitantemente em Genebra e Roma, mas por mulheres latino-americanas; em 1984 passou a ter sede em Santiago do Chile. Lembremos que o período estudado foi a época de regime militar no Brasil, Argentina e Chile, assim como e na maioria dos países do Cone Sul. Quero dizer com isso, que algumas das mulheres que escreviam nesses periódicos eram tanto militantes feministas quanto de esquerda e que ainda percorreram uma jornada em comum como exiladas políticas.

Fernanda Gil Lozano em seu artigo “Las experiencias de la ‘segunda ola’ del feminismo en Argentina y Uruguay”, nos relata uma sucinta mas importante história do movimento feminista na Argentina e Uruguai, fazendo algumas incursões ao Chile. Assim como no Brasil, várias feministas realizavam uma dupla militância, eram militantes feministas e militantes políticas e, assim como as brasileiras, no regime militar as argentinas tiveram como destino o vizinho Chile. O que acarretou estas múltiplas experiências a mulheres que tinham como utopia a transformação da sociedade de então? Em partidos ditos de esquerda, aparentemente já havia uma “igualdade” mas sempre as questões específicas ficavam em um segundo plano. Questões como sexualidade eram temas menores que seriam pensados, refletidos a posteriori e, naquele momento, teoricamente apenas as feministas burguesas “perdiam” tempo com isso. (LOZANO, 2006: 886-887)

A autora pontua os mesmos desencontros entre militantes feministas e as de movimentos de mulheres quando o tema é a sexualidade e principalmente o aborto. As participantes do movimento de mulheres consideravam-no “excessivamente provocativo”. Com a criação da Frente de Luta pela Mulher houve solicitações em torno da igualdade de oportunidades, da difusão e do uso de pílulas anticoncepcionais, do aborto legal e gratuito, assim como da não discriminação da mãe solteira. Tudo isso aconteceu no ano de 1975, declarado Ano Internacional da Mulher.

No Brasil, a luta pela legalização do aborto era um ponto nevrálgico. Não podemos esquecer que a Igreja era uma aliada importante na questão da luta pela anistia e contra a ditadura e era, e ainda é, terminantemente contra a prática do aborto, como apontam as pesquisadoras Maria Lygia Quartim de Moraes e Cynthia Sarti.

A pesquisadora Cynthia Sarti (2004: 39), ao fazer uma análise do feminismo brasileiro da “Segunda Onda”, ressalta as relações que foram feitas entre diversas instituições e organizações, o que reflete bem o momento vivido no Brasil daqueles anos de 1970. Quase

não havia possibilidade de descolar o movimento de mulheres da Igreja Católica na luta contra a ditadura, o que, segundo a autora, gerou “uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. “(...) o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos ‘grupos de reflexão’, sem ressonância pública.”

Num primeiro momento do movimento feminista no Brasil a vinculação da maioria das militantes era com a esquerda marxista e conseqüentemente com a luta geral; isto quer dizer que as demandas especificamente relacionadas com as mulheres só poderiam ser atendidas após o fim da ditadura militar e da implantação de uma sociedade socializada.

O que podemos perceber até o estágio atual da pesquisa é que nos jornais analisados da década de 1970 havia uma explicitação maior de temas relacionados às questões que envolviam a reprodução e o corpo feminino. É interessante perceber que na edição nº. 1 de Mulherio apenas um artigo faz referência explícita à sexualidade. Trata-se de uma carta endereçada à revista Capricho, que as editoras de Mulherio responderiam de uma forma diversa. Este número é composto de 16 páginas; a palavra sexualidade é referenciada 14 vezes, mas em sua grande maioria em títulos de livros e como tema de pesquisas. Em outro artigo, de autoria de Inês Castilhos, a jornalista relaciona temas como prazer, dor e maternidade. “Penso também que esse mesmo prazer muitas vezes nos afasta do homem, que poucas mulheres vivem a maternidade sem contradição com a sua sexualidade.” (1981: 09)

Aí vemos surgir a palavra sexualidade em um contexto mais próximo do que estou analisando, mas mesmo assim essas palavras estão muito próximas de um feminismo diferencialista.

Inês Castilho estava referindo-se a uma mulher entrevistada por ela que afirmava que “não conseguimos conciliar prazer sexual com o ser mãe, numa sociedade que nos divide em ‘santas’ e ‘putas’.”

Uma das demandas do movimento feminista que reacendeu a partir da década de 60 do século XX é o direito ao corpo, bem expressada no slogan “nosso corpo nos pertence” que denota como as mulheres e as militantes do movimento feminista do ocidente, mais especificamente Europa Ocidental e América do Norte, estavam buscando conquistar direitos até então negados sistematicamente à metade da população, mas que ainda era uma minoria política. Direitos sexuais e reprodutivos que em alguns países como Brasil e países do Cone Sul até hoje permanecem negados. Mas para essas ativistas e também para mulheres que não se identificavam com o movimento feminista, o caminho percorrido foi permeado por lutas e

algumas conquistas, onde podemos perceber que, mesmo com direitos conquistados no âmbito legal, pouco se alterava quanto às relações cotidianas.

O “amor livre” pregado pelos *hippies* e defensores da contracultura encontrava eco em algumas das militantes feministas entrevistadas por Anette Goldberg.

Cada uma delas salienta a dificuldade que encontrou em optar por se tornar uma mulher moderna, uma transgressora, indo contra a moral vigente da sociedade ocidental na qual os papéis a serem ocupados pelas mulheres já estavam pré-definidos. Ao optar por deixarem de se manter “virgens”, essas mulheres enfrentaram obstáculos que iam além de uma crise de consciência. Como não engravidar, como se manter “virgem” e permanecer com o namorado, que buscava realizar seus desejos sexuais com outras mulheres. A pílula anticoncepcional poderia ter sido a facilitadora para a formação de uma nova mentalidade, mas as entrevistadas deixavam claro que primeiro era necessário encontrar uma médica “mais avançada e moderna” para depois encontrar coragem suficiente para entrar numa farmácia com a receita e comprar o medicamento. (GOLDBERG, 1987: 22-23).

Em alguns artigos publicados em *Isis* percebemos, como no de Marta Lamas, uma preocupação em levar às leitoras uma informação mais detalhada em relação às questões que eram debatidas no momento e que afligiam a muitas delas e às mulheres em geral, como a questão do orgasmo a qualquer custo e o temor da frigidez. É interessante perceber que passamos de aprisionadoras de homens pelo estômago a aprisionadoras de homens pelo sexo. (1983: 6-10)

As mulheres da década de 1950 aprendiam receitas culinárias para “agarrar o seu homem”; vemos aí uma inversão que, de qualquer forma, ainda obriga a mulher a conquistar. Claro que não podemos cair no maniqueísmo e ou na inversão dicotômica. Como disse anteriormente, a liberação sexual rompeu com barreiras e preconceitos, apontou caminhos e alternativas nos relacionamentos, mas muitas mulheres se viram “obrigadas” de uma hora para outra a ter orgasmos, e não bastava um, tinham que ser múltiplos. E como fazer? Algumas dessas mulheres não tinham o mínimo conhecimento de seu corpo (lembremos de que nossas avós ou bisavós usavam um lençol entre elas e seus maridos para ter o intercuro sexual). E agora? Sim, das nossas bisavós até aqueles anos de 1970 e 1980, quase todas estudamos, éramos liberadas, decididas mas então como explicar o que se segue:

Nos dias de grupo de reflexão em que eu falava: ‘Eu nunca gozei’, a outra também dizia que nunca tinha gozado e como era isso. E num grupo de reflexão, aqui no Rio, uma amiga minha me ensinou a tirar a cúpula do chuveiro e deixar a água cair

*no clitóris e aí foi o meu primeiro orgasmo.*⁴ (TOSCANO e GOLDBENBERG, 1992: 55).

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, mesmo que houvesse uma conscientização de que as mulheres eram oprimidas e que muitas feministas buscassem entender naqueles anos de 1960 e 1970 quais as razões da opressão feminina, naquele momento encontraram no patriarcado a razão primeira dessa opressão. A autora reconhece que a dificuldade maior residia na conscientização de as feministas se perceberem como objeto da opressão; no entanto, o primeiro editorial do Nós Mulheres trazia a frase: “somos oprimidas porque somos mulheres”. Ainda segundo Maria Lygia, esse editorial foi de fundamental importância porque denunciava a “dupla moral sexual e a repressão sexual” e por “ter sido a primeira publicação de feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista.” (1990: 23).

Por estas palavras podemos perceber como as relações de gênero entre feministas e mulheres em geral foram pensadas naquele momento dentro de um contexto histórico específico. Eram mulheres brancas, intelectualizadas, classe média e que em sua grande maioria não necessitavam de um emprego remunerado, que viajavam para o exterior como companheiras dos maridos e que iam continuar seus estudos. A hierarquia se estabeleceu, as outras eram as operárias, as que deveriam ser libertas do jugo da opressão.

Há muito tempo, sexualidade e reprodução estavam como que imbricadas. Reprodução e sexualidade, claro que femininas. Inicialmente, sexualidade era vista como ligada apenas a relação sexual, mas hoje podemos pensar sexualidade como uma dimensão fundamental do ser humano, que implica sexo, gênero, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, erotismo, afeto, amor e reprodução. Experimenta-se e se expressa em pensamentos, fantasias, desejos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, sócio-econômicos, culturais, éticos. (CEPAL, 2006).

Tradicionalmente, as mulheres têm vivido a sexualidade do lado do silêncio. Até a década de 60, eram praticamente inexistentes, na literatura, na música popular, na ciência ou na história, depoimentos femininos que descrevessem a maneira como as mulheres viviam seus desejos e prazeres. (RIBEIRO, 1981?: 153).

⁴ Depoimento de Branca Moreira Alves.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- CASTILHOS, Inês. Entre a solidão e a plenitude. Mulherio. Ano I, nº. 1, maio-junho 1981.
- GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- LAMAS, Marta. La mujer y la problemática sexual. Isis – Boletín Internacional de las Mujeres, nº 13, enero-marzo 1983. Pp. 6-10.
- LOZANO, Fernanda G. Las experiencias de la “segunda ola” del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel. Historia de las mujeres en España y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI. Vol. IV. Madri: Cátedra, 2006. Pp. 881-902.
- MACHADO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista pós-1974. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), USP, SP, 2004.
- MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (org.). O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, 2003.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Vinte anos de feminismo. Tese (de livre-docência Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP/ SP, 1996.
- _____. A experiência feminista dos anos setenta. Araraquara, SP: UNESP, 1990.
- MURARO, Rose Marie. O feminismo nos anos 70. In: _____. Memórias de uma mulher impossível. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1999. Pp. 165-184.
- PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. Introdução. In: _____. Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. Pp. 7-13.
- RIBEIRO, Mariska. É preciso escutar o próprio corpo. In: PROJETO MULHER (org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. Pp. 153-156.
- SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revistando uma trajetória. Estudos Feministas. Vol.12, n.2, maio-agosto 2004. Pp. 35-50.
- SUPLICY, Marta. A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Miriam. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

Fonte:

Disponível em: <www.cepal.org/publicaciones/xml/4/23024/PSE2005_cap4_salud.pdf>, p. 241>. Acessado em 20 agosto de 2006.